

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
LICENCIATURA EM MÚSICA POPULAR MODALIDADE EAD**

ELIENE DOS SANTOS BERGENS

**O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS NO
CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA**

ITABUNA-BA

2024

ELIENE DOS SANTOS BERGENS

**O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS NO
CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso, tipo artigo científico, apresentado ao Colegiado de Curso da Licenciatura em Música Popular Brasileira (modalidade EAD), do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito à obtenção do grau de licenciado/a, sob orientação do Prof. Dr. Renan Moretti Bertho e do Prof. Dr. Sérgio R. O. Martins.

ITABUNA-BA

2024


ELIENE DOS SANTOS BERGENS


**O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS NO
CURRÍCULO ESCOLAR DE UMA ESCOLA EM ITABUNA**

Trabalho de conclusão de curso, tipo artigo científico, apresentado ao Colegiado de Curso da Licenciatura em Música Popular Brasileira (EAD), do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito à obtenção do grau de licenciado/a.


Aprovado em defesa pública realizada em 12 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA


Documento assinado digitalmente
 **RENAN MORETTI BERTHO**
Data: 21/12/2024 16:33:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO RICARDO OLIVEIRA MARTINS**
Data: 19/12/2024 06:05:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renan Moretti Bertho – UEM / Prof. Dr. Sérgio R. O. Martins – UFRB
Orientadores

Documento assinado digitalmente
 **WALESKA RODRIGUES DE MATOS OLIVEIRA MAI**
Data: 20/12/2024 08:18:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Waleska Rodrigues M. Oliveira Martins – Avaliadora
CECULT/UFRB

Documento assinado digitalmente
 **IULIE TOMAN**
Data: 19/12/2024 09:43:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Me Iulie Toman – Avaliadora
UFRB

A Deus por ter me dado sabedoria e saúde para concluir meu Trabalho de
Conclusão de Curso.

AGRADECIMENTOS

A princípio, expressei minha profunda gratidão à minha família, que sempre me fortaleceu e incentivou na busca pelos meus objetivos, sendo um pilar essencial ao longo de toda essa jornada. Agradeço também à minha amiga Laíse, que, com generosidade e paciência, dedicou seu tempo a revisar meus textos e apontar melhorias.

Manifesto meu reconhecimento ao coorientador, Renan Bertho, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições que enriqueceram este trabalho, assim como ao meu orientador, Sérgio Ricardo, cuja paciência e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto.

Agradeço, ainda, ao coordenador do curso, Jorge Luiz, por seu constante encorajamento à turma, que nos inspirou a seguir em frente, e à professora Waleska Rodrigues, cuja orientação precisa e suporte foram indispensáveis para a concretização desta pesquisa.

Por fim, deixo meu agradecimento aos tutores por toda ajuda e motivações para seguir em frente e a todos os colegas de curso que, com suas mensagens de incentivo, troca de ideias e informações, contribuíram para tornar este percurso mais colaborativo e enriquecedor. Juntos, reafirmamos que a união é, de fato, uma força poderosa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MÚSICA	10
3 O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ATIVIDADES MUSICAIS PARA AS CRIANÇAS	15
4.1 Estudo do Projeto Político Pedagógico em uma Escola da Zona Rural de Itabuna	17
4.2 O Ensino Musical na Educação Infantil: Reflexões Docentes e a Importância do Projeto Político Pedagógico	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE A - Questionário aplicado às professoras	24

O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS NO CURRÍCULO ESCOLAR DE UMA ESCOLA EM ITABUNA

Eliene dos Santos Bergens¹

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre a música na educação infantil e suas contribuições para o desenvolvimento integral das crianças. O objetivo principal foi investigar como as práticas pedagógicas relacionadas à música, incorporadas no projeto político-pedagógico de uma escola rural em Itabuna, BA, podem favorecer esse desenvolvimento. A pesquisa incluiu uma análise de documentos legais e fundamentos teóricos para enriquecer a compreensão do ensino musical nas instituições de educação infantil. Os resultados destacam que a introdução da prática musical desde os primeiros anos escolares contribui para a criação de um ambiente educacional que valoriza a diversidade, estimula a criatividade e promove a cooperação. Essa abordagem não apenas potencializa a aprendizagem, mas também transforma vidas, favorecendo a construção de uma sociedade mais inclusiva e humanizada.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ensino da música; Projeto Político Pedagógico.

Abstract: This article presents a study on music in early childhood education and its contributions to the holistic development of children. The primary objective was to investigate how pedagogical practices related to music, incorporated into a school's political-pedagogical project, can support this development. The research involved an analysis of legal documents and theoretical foundations to enrich understanding and guide music education in early childhood institutions. The results highlight that introducing musical practices in the early school years contributes to creating an educational environment that values diversity, stimulates creativity, and promotes cooperation. This approach not only enhances learning but also transforms lives, fostering the construction of a more inclusive and humanized society.

Keywords: Early Childhood Education; Music Teaching; Political-Pedagogical Project.

1 INTRODUÇÃO

A música é uma expressão cultural constantemente presente na vida humana. Ainda no ventre materno os bebês reagem a estímulos sonoros, indicando a conexão natural que se estabelece entre o ser humano e a música. Após o

¹ Estudante da Licenciatura em Música Popular Brasileira (EAD). E-mail: elybergens@gmail.com

nascimento, essa interação se aprofunda, permeando diferentes aspectos da vida cotidiana e tornando-se parte essencial da infância. A música cumpre um papel fundamental em rituais sociais, celebrações culturais e na rotina diária, favorecendo o desenvolvimento emocional, cognitivo e afetivo das crianças.

Além de seu papel cultural, a música contribui para o desenvolvimento de habilidades sensoriais, motoras, emocionais e cognitivas, ao mesmo tempo em que promove a integração social e cultural. Tendo em vista que a música ultrapassa a função de complemento pedagógico, consolida-se como uma área de conhecimento essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. No ambiente escolar, o papel do docente é crucial para garantir a presença eficaz da música nas práticas educativas. Para isso, é fundamental que os docentes recebam formação inicial e continuada, capacitando-os a aplicar a música de maneira significativa no ensino. Como afirma Veiga (1998) a formação continuada é um direito dos profissionais da educação e contribui tanto para o aprimoramento individual do professor quanto para o desenvolvimento de práticas pedagógicas em sintonia com os objetivos institucionais.

Uma formação alinhada às demandas educacionais atuais é essencial para garantir que a música seja abordada com o rigor e a profundidade necessários, consolidando seu papel como uma área indispensável no currículo. Pode-se afirmar que a música fortalece as diretrizes pedagógicas e enriquece o currículo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento integral dos alunos.

Para que a integração da música no ambiente escolar seja efetiva, destaca-se a relevância do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que serve como um guia para as ações da escola, abrangendo desde a gestão administrativa até as práticas pedagógicas. O PPP orienta as práticas educacionais, assegurando que estejam de acordo com os valores e objetivos da instituição, promovendo uma educação mais completa e integrada.

Frente a esse contexto, o presente estudo propõe investigar como as práticas pedagógicas relacionadas à música são contempladas no PPP de uma escola da zona rural de Itabuna, BA. O objetivo é identificar de que forma o PPP incorpora atividades musicais ao currículo e como essas práticas enriquecem o processo de ensino-aprendizagem.

Ao evidenciar a escola como agente de transformação social e cultural, o trabalho destaca o potencial da música para enriquecer a experiência educacional.

Assim, ao compreender os desafios e as potencialidades da música no currículo escolar, este estudo visa fomentar práticas pedagógicas mais ricas e integradas que reconheçam e valorizem a música como um meio de integração, possibilitando aos alunos o desenvolvimento de habilidades emocionais, sociais e criativas.

Para alcançar tais objetivos, o estudo se fundamenta em documentos legais e em literatura relevante sobre o tema, visando compreender melhor o papel da música no contexto escolar.

Parte-se da hipótese de que o ensino musical pode enriquecer a formação escolar, tornando-a mais dinâmica, lúdica e transformadora. Duarte (2012) enfatiza que Musicalizar é um processo que completa o desenvolvimento da criança, que vai ao encontro dos seus interesses e proporciona benefícios que ela própria não consegue avaliar, mas sentir. Essa perspectiva reafirma a importância de uma abordagem musical planejada e sistemática no currículo, ajustada às necessidades e ao potencial de desenvolvimento infantil.

A música, portanto, não se limita a ser uma prática complementar, mas se afirma como um elemento essencial para o desenvolvimento humano, especialmente no ambiente escolar. Diante disso, o papel do professor, respaldado por uma formação contínua e alinhado às demandas educacionais contemporâneas, torna-se fundamental para potencializar os benefícios da música no processo de ensino-aprendizagem. Assim, ao investigar as práticas pedagógicas relacionadas à música no projeto político-pedagógico este estudo busca evidenciar a seguinte questão: Como as práticas pedagógicas relacionadas à música, presentes no Projeto Político Pedagógico de uma escola de Itabuna, BA contribuem para o desenvolvimento integral das crianças?

Este estudo, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, têm como objetivo investigar como a música é integrada às práticas pedagógicas na educação infantil, destacando suas contribuições para a formação das crianças. A metodologia qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar uma análise detalhada das percepções e experiências das professoras, utilizando como principal instrumento um questionário estruturado. Esse questionário foi desenvolvido para obter informações específicas sobre as práticas pedagógicas relacionadas à música e sua aplicação no cotidiano escolar.

O estudo teve como foco a análise de uma escola localizada na zona rural de Itabuna, no estado da Bahia, uma região de grande relevância econômica e cultural,

especialmente devido à produção cacaueteira. Situada no território do litoral sul baiano, Itabuna compõe, juntamente com a cidade de Ilhéus, um polo regional de significativa importância histórica e social. A pesquisa buscou compreender como as práticas pedagógicas estão incorporadas ao Projeto Político Pedagógico da escola e de que maneira as atividades musicais são integradas às turmas da Educação Infantil. Ao investigar essas práticas, o estudo destaca o papel central da música, capaz de enriquecer o processo de formação escolar, tornando-o mais dinâmico, lúdico e transformador.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MÚSICA

A música, presente em todas as culturas, ocupa um papel significativo no desenvolvimento humano. No Brasil, políticas públicas voltadas para o ensino de música têm refletido essa relevância, passando por transformações significativas ao longo das décadas.

Uma das primeiras iniciativas nesse campo foi o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que regulamentou o ensino secundário e foi crucial para a legitimação do canto orfeônico nas escolas, que posicionou como uma disciplina obrigatória nas escolas, com o objetivo de promover a educação musical em larga escala. Inspirado em práticas europeias, o canto orfeônico foi introduzido como uma forma de educação musical coletiva. Ele consistia em atividades de canto coral, geralmente em grandes grupos, que valorizam a harmonia e a disciplina. Esse movimento ficou fortemente associado ao compositor e educador Heitor Villa-Lobos.

Como destaca Queiroz (2012) a análise desse documento ressalta a importância dada ao canto orfeônico para esse nível educacional, já que foi definido como conteúdo obrigatório em três das cinco séries estabelecidas para o ensino secundário. O decreto trazia definições pontuais sobre os conteúdos de música que deveriam compor a formação tanto na instrução primária quanto na secundária, consolidando o ensino da música como parte essencial do currículo escolar. Embora aplicável inicialmente ao Distrito Federal, suas diretrizes se expandiram para outras regiões, refletindo o contexto cultural e político da época. Alinhado ao movimento nacionalista, esse decreto promovia a música como instrumento para a construção do caráter e da identidade social dos alunos.

Dando continuidade a esse processo de inclusão da música na educação, em 1971 foi promulgada a Lei nº 5.692, que tornou obrigatória a Educação Artística nos currículos escolares. Essa legislação ampliou o conceito de ensino artístico, incluindo artes plásticas, cênicas e música em uma abordagem polivalente, amplamente discutida na literatura de educação musical (Penna, 2004, 2010, *apud* Queiroz, 2012, p.16). Embora tenha representado um avanço no reconhecimento da arte na formação escolar, a música acabou perdendo espaço em muitas escolas devido à abrangência do conceito de Educação Artística, o que diluiu a especificidade do ensino musical.

Posteriormente, a promulgação da Lei nº 11.769, em 2008, representou um marco importante ao restabelecer o ensino de música como componente obrigatório na educação básica. Essa legislação reflete a compreensão de que a música desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e criativos. Sua obrigatoriedade nas escolas foi um avanço significativo na valorização dessa área, consolidando-a como elemento indispensável no processo educativo.

A publicação da Lei nº 11.769 no Diário Oficial da União alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o ensino de música no ensino fundamental e médio. Apesar de ser o único conteúdo obrigatório, não é exclusivo, o que demonstra a flexibilidade curricular para integrar outras áreas do conhecimento.

Entretanto, apesar do avanço representado por essa legislação, para a efetivação das leis vigentes ainda existem muitos desafios, especialmente em relação à capacitação dos professores. A formação específica em educação musical continua sendo um ponto crítico, visto que muitos docentes carecem da preparação necessária, comprometendo a eficácia da aplicação dessa legislação e a criação de um ambiente de aprendizado adequado.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 reforça ainda mais as diretrizes para a educação musical, consolidando competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo da educação básica, incluindo educação artística e musical. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, a BNCC estabelece parâmetros curriculares para promover uma formação ampla, integrando o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e ético (Brasil, 2017).

Assim, o ensino da música previsto pela Lei nº 11.769/2008 deve ser plenamente inserido nas práticas pedagógicas, respeitando as diretrizes. Isso garantirá que o ensino musical contribua para o desenvolvimento de competências que vão além da aquisição de conhecimento técnico, sua potencialidade pode aprimorar a sensibilidade, criatividade e cooperação, elementos fundamentais para a formação do indivíduo e para o fortalecimento de uma cultura mais rica e inclusiva.

3 O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A concepção de infância é um pilar para entender a Educação Infantil e seu papel no desenvolvimento humano. Em linhas gerais, a infância é um período de grande plasticidade, em que a criança se encontra em um processo de construção de sua identidade, habilidades sociais, emocionais e cognitivas. De acordo com autores como Ariès (1978), a infância é reconhecida como uma fase distinta da vida, que requer um ambiente rico em experiências e interações para promover o desenvolvimento integral. A ideia de infância, portanto, não se limita à idade, mas abrange aspectos culturais, históricos e sociais, que influenciam diretamente na maneira como a criança percebe e interage com o mundo.

A Educação Infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores de maneira integrada. Nesse período, a música desempenha um papel significativo, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade auditiva, da coordenação motora, da expressão emocional e da criatividade. Além disso, favorece a socialização e fortalece a capacidade de trabalho em grupo, elementos essenciais para a construção de relações interpessoais saudáveis.

Esse momento crucial da vida requer que a Educação Infantil ofereça um ambiente rico em experiências que promovam o desenvolvimento das crianças. A inclusão da música nas práticas pedagógicas torna-se essencial, pois potencializa o aprendizado em várias dimensões ao mesmo tempo. Ao ser integrada ao currículo, a música possibilita vivências que conectam as crianças às suas singularidades, permitindo-lhes explorar e construir conhecimentos de forma lúdica e significativa. Conforme aponta Duarte (2012, p.32) “A educação musical na infância permite que a criança exerça sua ação espontânea sobre o som, possibilitando interações mais significativas entre elas e os objetos musicais.” Assim, a música é capaz de

enriquecer a educação infantil, respeitando suas individualidades e estimulando conexões criativas e emocionais com o aprendizado.

O direito de aprender, garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), reforça a necessidade de criar oportunidades que respeitem a pluralidade de experiências na infância. Nessa perspectiva, o ensino musical na Educação Infantil, como parte integrante do currículo, vai além de uma abordagem técnica: ele respeita as especificidades do desenvolvimento infantil e promove interações que estimulam o crescimento emocional, social e cognitivo.

A relevância da música na Educação Infantil é consolidada pela Lei nº 11.769/2008, que tornou obrigatório o ensino de música na educação básica, incluindo essa etapa da formação escolar. A legislação reconhece a música como essencial para o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para o aprimoramento de capacidades cognitivas, emocionais e sociais. Assim, a música não apenas educa, mas também transforma, proporcionando às crianças uma base sólida para seu crescimento e para sua formação integral.

Para que o ensino musical seja efetivo, é essencial que as práticas pedagógicas sejam planejadas e sistematizadas, garantindo que todas as crianças tenham acesso a experiências musicais enriquecedoras, independentemente de suas condições socioeconômicas. Além disso, é fundamental que os educadores tenham formação adequada para aplicar a música de forma significativa no currículo da Educação Infantil e que as escolas disponibilizem os recursos necessários para implementar programas de ensino musical de qualidade.

Conforme De Oliveira (2020, p.16).

A pré-escola, nesse sentido, contribui para a interação da criança com o meio, além de possibilitar o contato com as práticas musicais, que auxiliam o educando na estruturação e superação das etapas de seu desenvolvimento. Quando a criança constrói suas estruturas mentais tem a possibilidade de desenvolver-se nos aspectos cognitivos, fazendo com que a sua relação com o mundo resulte em novas aprendizagens significativas e repletas de criatividade.

A argumentação apresentada ressalta que o ensino musical, quando planejado e estruturado promove desenvolvimento cognitivo e fortalece as habilidades sociais e emocionais das crianças, especialmente em contextos

socioeconômicos menos favorecidos. Por sua vez, a formação dos educadores é imprescindível, pois eles atuam como mediadores que transformam a música em uma ponte entre a imaginação infantil e o conhecimento, como enfatiza Oliveira, cria oportunidades de interação significativa e estimula o desenvolvimento de estruturas mentais essenciais para novas aprendizagens.

A música cria momentos de aprendizado que envolve várias áreas do crescimento. Como explica Lutz (2011), a audição é o primeiro jeito de o bebê se conectar com o mundo, e a música tem um papel especial na criação de laços afetivos entre o bebê e o adulto. Por isso, usar a música nas atividades pedagógicas não só garante um direito previsto em lei, mas também respeita as necessidades e a complexidade da infância, oferecendo uma educação que vai além do aprendizado técnico e que toca também nas emoções e na convivência social.

Duarte (2012) reforça que a música é um elo de expressão para a criança, permitindo-lhe transmitir emoções, ideias e sentimentos de maneira lúdica e espontânea. Essa abordagem destaca a importância do ensino musical não como uma simples transmissão de conhecimento, mas como uma ação libertadora e formadora do sujeito. Por meio de sons, ritmos e melodias, as crianças conseguem expressar sentimentos que muitas vezes não conseguem verbalizar, o que favorece o desenvolvimento de sua identidade e autoestima. Essa forma de expressão contribui para o desenvolvimento emocional e amplia as oportunidades de aprendizagem. Duarte corrobora com essa afirmação:

A partir dessa perspectiva, concebo o que o papel da música na educação infantil deve objetivar ou fazer pelo qual a criança se apropria dos conhecimentos musicais para expressar suas ideias e sentimentos. Para isso, é necessário que uma educação musical seja introduzida no sistema de ensino, não fundada na autoridade intelectual, mas como ação libertadora para a construção da formação do sujeito (Duarte, 2010, p.52).

Essa abordagem destaca a importância do ensino musical não como uma simples transmissão de conhecimento, mas como uma ação libertadora e formadora do sujeito. Por meio de sons, ritmos e melodias, as crianças conseguem expressar sentimentos que muitas vezes não conseguem verbalizar, o que favorece o desenvolvimento de sua identidade e autoestima. Essa forma de expressão não só contribui para o desenvolvimento emocional, mas também amplia as oportunidades de aprendizagem.

Gohn e Stavracas (2010, p. 97) afirmam "conforme vai crescendo e ampliando suas potencialidades sonoras, a criança utiliza cada vez mais materiais diferenciados, o que lhe dá condições de criar e explorar as qualidades próprias do som, como a altura, o timbre, a intensidade e a duração."

Portanto, além de contribuir para o desenvolvimento emocional e cognitivo, a música é também uma importante aliada na educação inclusiva, sendo uma linguagem acessível e compreendida por crianças com diferentes formas de aprendizagem e necessidades especiais. Dessa forma, o ensino musical deve ser visto como uma estratégia pedagógica fundamental na Educação Infantil para fomentar a expressão individual e também para criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos, colaborativos e dinâmicos.

4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ATIVIDADES MUSICAIS PARA AS CRIANÇAS

A construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em uma instituição de ensino representa um esforço coletivo para estruturar as diretrizes e os valores que guiam o desenvolvimento educativo. Esse documento transcende as normativas administrativas, sendo a base sobre a qual as práticas pedagógicas se fundamentam e se articulam com os objetivos da escola. O PPP reflete a identidade da instituição, suas metas, e o compromisso com a formação integral dos alunos, articulando-se também com as transformações sociais e as demandas atuais da educação.

Dentro dessa perspectiva, o PPP assume um papel central ao considerar o desenvolvimento das múltiplas competências do aluno, o que inclui o ensino de artes e música. Com o advento da Lei 11.769/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino musical na educação básica, o PPP das escolas brasileiras passou a ter uma responsabilidade ainda maior em incluir a música como um componente curricular fundamental. Essa legislação reconhece a importância da música não apenas como um recurso didático, mas como uma área que promove o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Cumprir observar que o PPP é um documento central para a gestão e organização de uma escola. Ele abrange não apenas diretrizes pedagógicas, mas também os valores, metas e objetivos que orientam o processo educativo. Como um plano construído coletivamente por professores, gestores, pais e alunos, o PPP

direciona as ações pedagógicas em sala de aula e reflete a identidade e os propósitos da instituição. De acordo com Veiga (1984, p. 12), o PPP deve ser considerado um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, buscando alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, destacando sua natureza dinâmica e participativa.

Portanto, é fundamental que o sistema educacional adapte seus currículos às transformações sociais e às novas exigências das legislações educacionais, como as estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse cenário, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) desempenha um papel essencial ao incorporar práticas pedagógicas que atendam a essas mudanças e demandas sociais. Isso inclui a obrigatoriedade do ensino de música, conforme a Lei nº 11.769/2008, que tornou a música componente obrigatório na educação básica. A música como elemento formador, deve ser valorizada nas escolas, sendo parte fundamental dos projetos pedagógicos. Veiga (1998, p. 11) reforça a importância de o PPP ser constantemente revisado e estudado por professores e pesquisadores, com o intuito de aprimorar a qualidade do ensino e garantir que ele atenda de forma eficaz às necessidades educacionais e culturais da sociedade.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, estabelece diretrizes para o ensino na Educação Infantil no Brasil e reconhece a música como uma área de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças, destaca que a música deve ser integrada ao cotidiano da Educação Infantil, proporcionando oportunidades para que as crianças explorem diferentes sons, ritmos e melodias. Além disso, o documento recomenda que as práticas pedagógicas na Educação Infantil incluam a vivência musical, que pode envolver atividades como cantar, tocar instrumentos, dançar e criar músicas. Essas atividades são vistas como essenciais para promover a interação social e a construção de vínculos entre as crianças. No entanto, é necessário que os educadores sejam capacitados para trabalhar com a música na Educação Infantil, a formação continuada é essencial para que os prepare para integrar a música de forma significativa nas práticas pedagógicas.

Assim, cabe às instituições de ensino a responsabilidade de propor práticas pedagógicas que atendam às necessidades emergentes da sociedade, garantindo que o PPP não seja um documento estático, mas um guia vivo que acompanha as mudanças sociais e educacionais. Ao promover integração de disciplinas como a música nos currículos, os PPPs atendem às exigências legais, promovem a

formação integral dos alunos e contribuem para uma educação mais completa e inclusiva.

4.1 Estudo do Projeto Político Pedagógico em uma Escola da Zona Rural de Itabuna

No município de Itabuna a Educação Infantil é composta por 11 creches, 38 instituições que atendem a etapa da pré-escola na zona urbana, 20 instituições no campo que atendem a etapa da pré-escola, totalizando 69 instituições de Educação Infantil. Nesse contexto, visando atender a rede de ensino de educação infantil, a Secretaria de Educação de Itabuna não só promove regularmente os cursos de formação continuada, mas também busca parcerias com outras instituições com objetivo capacitar os profissionais de educação, buscando metodologias e práticas de ensino que atendem as transformações sociais e os avanços tecnológicos. Tendo como base as leis e documentos vigentes do país. Entre as instituições de ensino para a educação infantil do município de Itabuna será analisada uma escola localizada na zona rural de Itabuna.

A Unidade Escolar atualmente tem 82 alunos matriculados da pré-escola ao 5º ano do ensino fundamental, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno que devido à pandemia não obteve o número de alunos para formar turma. A estrutura física da Unidade é uma casa cedida que foi adaptada, contém 03 banheiros, 04 salas de aula, 01 sala de leitura, 01 almoxarifado, 01 laboratório de informática, 01 sala de Recursos Multifuncionais e uma pequena cozinha. O quadro funcional da escola está composto da seguinte forma: Diretora: 01 Coordenação Pedagógica: 01, Psicopedagoga: 01, Professor: 05, Professor de Educação física: 01, Merendeira: 01, Serviços gerais: 01. (PPP, p. 09).

Nesta escola, os profissionais de educação demonstram um forte compromisso com a comunidade e oferecem um trabalho de alta qualidade. Estão constantemente em busca de novos conhecimentos e participam regularmente de formações promovidas tanto pela rede de ensino municipal quanto por instituições parceiras.

O PPP da escola contempla as diretrizes curriculares nacionais, promovendo habilidades como criatividade e coordenação motora. Atividades musicais são contextualizadas com elementos culturais da região de Itabuna, promovendo o

resgate e a valorização das tradições locais. Além disso, são vinculadas a outros conteúdos curriculares, como matemática, linguagem e ciências. Com sugestões de criação de instrumentos com materiais reciclados, para enriquecer as atividades e engajar os alunos.

O Documento contempla as diretrizes curriculares nacionais e reconhece a música como componente interdisciplinar fundamental. Por meio de atividades que integram elementos culturais da região de Itabuna, como ritmos e canções locais, as práticas musicais promovem o resgate das tradições e a valorização da identidade cultural. Essas atividades estão alinhadas a outros componentes curriculares, como matemática, linguagem e ciências, ampliando o aprendizado de forma lúdica e criativa.

A gestão escolar desenvolve projetos que incentivam a participação ativa da comunidade em questões relevantes para a formação dos alunos, contribuindo assim para o desenvolvimento integral do educando. As atividades musicais são planejadas para estimular a criatividade, a coordenação motora, o raciocínio lógico e as habilidades socioemocionais das crianças. A criação de instrumentos com materiais reciclados, por exemplo, engaja os alunos de forma ativa, desenvolvendo a consciência ambiental e o trabalho em equipe. Além disso, o contato com diferentes ritmos e melodias promove a memória auditiva, a concentração e o respeito pelas diversas manifestações culturais.

Desse modo, este estudo teve como objetivo compreender de que forma as atividades musicais desenvolvidas nessa escola estão contempladas no PPP e como essas práticas são integradas ao planejamento das turmas de Educação Infantil.

4.2 O Ensino Musical na Educação Infantil: Reflexões Docentes e a Importância do Projeto Político Pedagógico

A pesquisa foi realizada em outubro de 2024 em uma escola rural no município de Itabuna, BA. Participaram da pesquisa duas professoras, uma com graduação em pedagogia e letras e outra com graduações em pedagogia, ambas trabalham na escola há mais de 10 anos e atuantes com crianças de 3 a 5 anos, desenvolvem atividades musicais voltadas para o desenvolvimento infantil e participaram voluntariamente do estudo.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários com perguntas abertas, enviados por e-mail, permitindo respostas detalhadas e reflexivas. Essa metodologia, fundamentada em Gil (2010), garantiu a obtenção de dados ricos e variados para análise qualitativa, que foi conduzida através da análise temática. Esse método possibilitou identificar padrões e temas relacionados à percepção das professoras sobre o impacto da música no desenvolvimento das crianças, com especial atenção às contribuições para o vínculo afetivo e aos desafios práticos de sua implementação.

As professoras ressaltaram que a integração da música no currículo escolar é uma ferramenta natural e eficaz para ensinar conteúdos de forma lúdica e interativa. Elas destacaram práticas como o uso de canções, gestos, movimentos e instrumentos simples, muitas vezes confeccionados pelas próprias crianças, o que corrobora as ideias de Gohn e Stavracas (2010). Esses autores enfatizam que o ensino musical deve ir além de atividades mecânicas, proporcionando experiências práticas que transformem o canto e outras manifestações musicais em atividades intencionais e significativas.

Outro ponto central destacado pelas professoras foi à importância da formação inicial e continuada para a eficácia do ensino musical. A Professora A enfatizou que a formação proporciona a base teórica e prática para conduzir vivências musicais enriquecedoras, enquanto a Professora B apontou que ela desmistifica a necessidade de habilidades técnicas avançadas, tornando a música acessível como ferramenta pedagógica. Duarte (2012) reforça essa visão, ao afirmar que a formação continuada é essencial para suprir a falta de especialistas e elevar a qualidade das práticas musicais na Educação Infantil.

Apesar das potencialidades, as professoras identificaram desafios significativos. A Professora A mencionou a dificuldade de reconhecer a música como parte integral do desenvolvimento infantil, enquanto a Professora B destacou a ausência de recursos adequados, planejamento específico e uma cultura escolar que valorize o papel essencial da música. Ambas convergem na visão de que a música deve ser vivenciada em sua essência, como manifestação autônoma e significativa, e não apenas como suporte para outras áreas do conhecimento.

Nesse contexto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi apontado como um instrumento crucial para fortalecer a presença da música no ambiente escolar. As

participantes destacaram que o PPP deve garantir interdisciplinaridade, valorização da diversidade cultural e intencionalidade nas práticas educativas, promovendo um ambiente favorável para a aprendizagem. Segundo os dados do PPP (2021, p. 58), esse documento orienta as ações pedagógicas e viabiliza projetos que integram a música como elemento central do aprendizado.

Os benefícios da música para o desenvolvimento infantil também foram amplamente evidenciados nas respostas. A Professora A ressaltou sua contribuição para a coordenação motora, oralidade e memória, enquanto a Professora B destacou a cognição, criatividade, socialização e sensibilidade emocional. Essas percepções estão alinhadas com Lima (2014), que afirma que as práticas musicais não apenas promovem o desenvolvimento acadêmico, mas também ajudam a formar indivíduos mais equilibrados emocionalmente e sensíveis à cultura.

Por fim, as reflexões das professoras reforçam a necessidade de promover a formação docente contínua, garantir espaço para práticas musicais no PPP e sensibilizar a comunidade escolar sobre a relevância da música como manifestação cultural e artística. Essa abordagem contribui para transformar a vivência educacional, promovendo o bem-estar emocional e o enriquecimento cultural das crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da música no currículo da Educação Infantil é de fato de grande importância para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo avanços nas dimensões emocional, social, cognitiva e cultural. Por meio da musicalização, as crianças ampliam suas formas de expressão e comunicação, explorando emoções, fortalecendo vínculos afetivos e aprimorando a convivência em grupo. A música, como parte do ambiente escolar, enriquece a experiência pedagógica ao estimular a criatividade, a sensibilidade e a valorização da diversidade cultural, aspectos fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e empáticos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) garantem que a música seja uma prática integrada e contínua nas escolas, promovendo aprendizagens mais humanizadas e inclusivas. O PPP da escola de Itabuna, por exemplo, atende aos requisitos das leis vigentes ao incluir a música como componente interdisciplinar e lúdico. Esse documento norteia práticas que utilizam a música para fortalecer competências cognitivas, emocionais e sociais,

além de incentivar projetos como a confecção de instrumentos e a exploração de ritmos culturais locais.

As experiências musicais também têm um papel significativo no fortalecimento de habilidades como concentração, disciplina e trabalho colaborativo. A prática musical favorece a escuta ativa, o respeito pelo outro e a convivência em ambientes de aprendizagem inclusivos e dinâmicos. Dessa forma, a música contribui para o desenvolvimento socioemocional e para a formação cidadã, promovendo valores como empatia, diversidade e reconhecimento da expressão artística como elemento central da identidade humana.

Outro ponto destacado é a relevância do papel dos educadores no processo de musicalização. A formação inicial e continuada dos professores é imprescindível para a implementação eficaz da música no currículo escolar. Educadores capacitados estão mais preparados para planejar e executar práticas musicais intencionais, conectando a música a outros conteúdos e aos interesses das crianças. Com isso, a música deixa de ser apenas uma atividade complementar e se torna uma área essencial para o desenvolvimento integral, alinhada às demandas da Educação Infantil. Como uma das professoras afirmou: “A música deve ser uma ferramenta cotidiana, natural, para ensinar e envolver as crianças, tornando o aprendizado mais lúdico e interativo”.

Por fim, a inclusão da música também é considerada um ponto de transformação no ambiente educacional. Como ressaltou outra educadora, “a formação continuada é crucial para que os professores possam explorar o potencial da música de maneira eficaz, utilizando-a para estimular diferentes habilidades das crianças e contribuindo para seu desenvolvimento em todas as áreas”. Essas reflexões reforçam a importância da formação e da capacitação docente para a implementação da música de forma consistente e significativa nas práticas pedagógicas.

Portanto, o ensino da música deve ser visto como um investimento no futuro das crianças e da sociedade. Ao estimular habilidades socioemocionais, como a capacidade de lidar com as próprias emoções e as dos outros, a música forma indivíduos mais preparados para os desafios contemporâneos. A prática musical desde a infância é um caminho para construir um ambiente educacional que valoriza a diversidade, a criatividade e a cooperação, promovendo uma aprendizagem que transforma vidas e contribui para uma sociedade mais inclusiva e humanizada.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. **Referencial Curricular para Educação Infantil**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em: 21 de out. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>> Acesso em: 09 fev. 2024.

DE LIMA, Grasielle Perdigão; SANT'ANNA, Vera Lucia Lins. A música na educação infantil e suas contribuições. **Pedagogia em Ação**, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/9227?baimohdbaiyecj?baimohdbaiyecj>> Acesso em: 21 de out. de 2024.

DE OLIVEIRA, Ana Paula Gomes; LOPES, Yan Karen Silva; DE OLIVEIRA, Bárbara Pimenta. A importância da música na educação infantil. **Revista Educação & Ensino-ISSN 2594-4444**, v. 4, n. 1, 2020.

DUARTE, Rosangela. **A construção da musicalidade do professor de educação infantil: um estudo em Roraima**. 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/26297>> Acesso em: 21 de out. de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria; STAVRACAS, Isa. O papel da música na Educação Infantil. **Eccos revista científica**, v. 12, n. 2, p. 85-103, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71518580013.pdf> acesso em: 20. jul. 2024.

LUTZ, Priscila Pereira. **Concepções e desafios da música na educação infantil: da formação profissional à prática pedagógica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

NAVES, Santuza Cambraia. **A entrevista como recurso etnográfico**. Matruga: Revista de Estudos de Literatura e Cultura, v. 14, n. 21, p. 155-164, jul./dez. 2007.

VEIGA, Ilma. Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>> Acesso em: 02 out. 2014.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008**. Revista da ABEM. Londrina. v.20. n.29, p. 23-38. jul. dez. 2012. UFPB. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/88/73>> Acesso em: 24. out. 2024.

APÊNDICE A

Questionário aplicado às professoras

1. Como você acredita que a música pode ser integrada de forma eficaz ao currículo escolar para crianças da educação infantil?
2. De que maneira o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola orienta e apoia a inclusão da música nas práticas pedagógicas?
3. Qual a sua opinião sobre a importância da formação inicial e continuada dos professores para a implementação adequada da música nas aulas?
4. Quais são os principais desafios que você enfrenta (ou observa) ao integrar a música de forma consistente no currículo escolar?
5. Na sua visão, de que forma o ensino de música contribui para o desenvolvimento integral das crianças?

Respostas:

1. Como você acredita que a música pode ser integrada de forma eficaz ao currículo escolar para crianças da educação infantil?

Professora A: Trazendo a música para o cotidiano da sala de aula, de preferência com gestos e movimentos, utilizando-a para ensinar conteúdo ou conceitos. Criar um ambiente musical com instrumentos confeccionados pelas próprias crianças.

Professora B: Acredito que a música deve ser utilizada como uma ferramenta natural e cotidiana no aprendizado. Podemos usar canções para reforçar conceitos educativos, criar histórias musicais conectadas a diferentes áreas do conhecimento e promover atividades interativas e lúdicas com instrumentos simples.

2. De que maneira o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola orienta e apoia a inclusão da música nas práticas pedagógicas?

Professora A: O Projeto Político-Pedagógico (PPP) desempenha um papel fundamental ao propor atividades que valorizem a diversidade cultural e promovam a interdisciplinaridade. Essas ações incentivam as crianças a se tornarem participantes ativas no aprendizado, estimulando criatividade, autonomia e engajamento.

Professora B: O PPP assegura que a música seja uma linguagem essencial no processo educativo, promovendo sua integração às diretrizes pedagógicas. Ele incentiva projetos interdisciplinares, formação de professores e aloca recursos que viabilizam práticas musicais consistentes.

3. Qual a sua opinião sobre a importância da formação inicial e continuada dos professores para a implementação adequada da música nas aulas?

Professora A: O conhecimento teórico e prático adquirido nas formações inicial e continuada capacita os professores a desenvolverem aulas envolventes, criativas e

dinâmicas, Assim, eles aprendem técnicas e habilidades musicais que possibilitam planejamentos eficazes, gerando melhores resultados.

Professora B: A formação inicial e continuada é essencial para que os professores compreendam aspectos técnicos e pedagógicos da música. Isso os capacita a usar o potencial criativo e interdisciplinar da música de forma eficaz, desmistificando a ideia de que habilidades musicais avançadas são necessárias.

4. Quais são os principais desafios que você enfrenta (ou observa) ao integrar a música de forma consistente no currículo escolar?

Professora A: A falta de percepção do quanto à música é eficaz para a aprendizagem. Apesar de seu potencial, ainda é uma ferramenta pouco explorada no planejamento escolar.

Professora B: Um dos desafios é a falta de recursos e a subvalorização da música como ferramenta pedagógica. Além disso, nem sempre há formação adequada para os professores, dificultando a implementação de atividades consistentes.

5. Na sua visão, de que forma o ensino de música contribui para o desenvolvimento integral das crianças?

Professora A: A música amplia o gosto musical, desenvolve a oralidade, estimula a fala e a linguagem, aumenta o vocabulário, e trabalha a coordenação motora por meio de imitação gestual e verbal. Ela também desenvolve memória auditiva, ritmo e melodia, promovendo um desenvolvimento integral.

Professora B: O ensino de música estimula a cognição, a emoção, a socialização e as habilidades motoras. Ele amplia a criatividade, melhora a memória e o raciocínio lógico, promove a sensibilidade cultural, e fortalece o bem-estar emocional, ajudando as crianças a se expressarem e a se conectarem com o mundo ao redor.